



www.enaphem.com



## A Produção dos PCN de Matemática: versão preliminar de agosto de 1996

### The Production of Mathematics PCNs: preliminary version of August 1996

*Lauro Igor Metz<sup>1</sup>*

#### **Resumo**

A investigação busca compreender processos e dinâmicas relacionados com produção da versão preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para os primeiros anos escolares elaborada em agosto de 1996. A problemática da pesquisa volta-se em descobrir quem foram os protagonistas na produção dos PCN de Matemática para os primeiros escolares e evidenciar relações entre pareceres individuais e institucionais produzidos para a elaboração da versão preliminar. A pesquisa justifica-se pelo fornecimento de elementos para a compreensão de processos e dinâmicas adotados na elaboração de tal documento. Trata-se de uma pesquisa histórica que fundamenta-se teórico-metodologicamente em Hofstetter e Schneuwly (2017), por tais autores estabelecerem a existência de diferentes saberes relacionados com formação docente e em Valente (2019), que defende que a profissionalização do professor que ensina matemática não pode estar voltada apenas ao campo disciplinar. Utiliza-se da técnica da análise documental, sustentada nas concepções de Barros (2017) e Burke (2016), autores que elucidam a necessidade da pesquisa enxergar além do que está escrito em documentos. A pesquisa identifica quem foram os protagonistas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e fornece elementos para a compreensão do processo de elaboração dos pareceres individuais e institucionais produzidos na época.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Integrante do Grupo Associado de Estudos e Pesquisas sobre História da Educação Matemática (GHEMAT-Brasil). Professor da Faculdade Internacional ESIC de Curitiba - Brasil, .E-mail: lauroigormetz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3859-5137>

## Introdução

Tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais como a primeira iniciativa do governo brasileiro na busca do estabelecimento de um currículo nacional. Tal documento, mesmo não sendo obrigatório, teve grande abrangência no território nacional e foi responsável por transformações no campo do ensino e na formação do professor de diferentes áreas. Conforme destaca Chaddad (2015), a elaboração dos PCN permeia por objetivos em busca da eliminação do analfabetismo, aumento da eficácia do ensino e melhorias no atendimento escolar. As modificações estabelecidas visavam diminuir o analfabetismo e fazer o Brasil subir no ranking das avaliações internacionais para receber investimentos internacionais (Guillen, Miguel, 2020; Lessa, 2012).

Na área de matemática, foco da investigação, conteúdos foram sistematizados, discussões sobre metodologias e processos de avaliações foram feitas é o que se identifica na versão final do documento publicada no ano de 1997 que organiza os conteúdos matemáticos em quatro eixos temáticos: Números e Operações, Espaço e Forma, Grandezas e Medidas e Tratamento da Informação; os estudos de Kobashigawa (2006), revelam a existência de um distanciamento entre o que os professores entendem da proposta estabelecida pelo PCN de Matemática e o que é posto em prática em suas ações; na investigação de Pietropaolo (1999), a partir da análise de pareceres da primeira versão do PCN, o autor estabelece que os PCN são resultantes de negociações políticas de grupos articulados de educadores matemáticos e não refletem integralmente as concepções e vivência de seus autores; na pesquisa de Lessa (2012) identifica-se a inserção dos PCN em materiais didáticos utilizados em cursos de formação inicial de professores representando uma nova organização do ensino de matemática.

Entendendo que "bastidores" é o envolvimento de ações e dinâmicas do processo de elaboração de um documento e que, seu entendimento permite enxergar além do resultado final apresentado, a pesquisa intenta descobrir: quem foram os protagonistas na produção dos PCN de Matemática para os primeiros anos escolares? Que relações existem entre pareceres individuais e institucionais produzidos antes da elaboração da versão preliminar dos PCN de agosto de 1996?

A investigação justifica-se por fornecer elementos colaborativos para o entendimento de processos e dinâmicas adotados na elaboração de um documento que provocou mudanças na estruturação do ensino e formação de professores que ensinam matemática no Brasil. Conforme atesta Silva (2011), a elaboração dos PCN representa um avanço dos resultados de pesquisas em Educação Matemática abrangendo a inclusão da Estatística e da Probabilidade como conteúdos desde as primeiras séries de ensino. A pesquisa também fornece elementos para o desenvolvimento da tese em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que investiga a relação dos pareceres para a constituição de novos saberes matemáticos. Tem-se como hipótese da investigação que os PCN de Matemática foram elaborados por um seleto grupo de profissionais e que Instituições, que emitiram pareceres, não conseguiram promover discussões entre seus afiliados a respeito da organização do documento na área de matemática.

A fundamentação teórico-metodológica da investigação fundamenta-se em Hofstetter e Schneuwly (2017), pesquisadores suíços que afirmam a existência de diferentes saberes para o processo formativo do professor e em Valente (2019), que defende que os saberes relacionados ao campo disciplinar não são os únicos relacionados com a profissionalização docente. A pesquisa histórica utiliza-se da técnica da análise documental, sustentada nas concepções de Barros (2017) e Burke (2016) que elucidam que as interpretações, neste tipo de pesquisa, não devem limitar-se apenas às descrições de fatos. A técnica da pesquisa documental investiga a compreensão de atores considerando o contexto cultural avançando de processos descritivos para interpretativos (Chizzotti, 1998). Valendo-se da ideia que o PCN de Matemática é um documento que reúne saberes objetivados e determina novos rumos no âmbito do ensino da matemática, tanto no que se refere a propostas de ensino, como na formação de professores, como atestam as pesquisas de Kobashigawa (2006), Lessa (2012), Silva (2011), tomou-se como referência para a análise os conceitos de "saber a ensinar" e "saber para ensinar" apresentados por Hofstetter e Schneuwly(2017), os autores defendem a articulação de tais saberes no processo de formação docente, o primeiro com foco as ciências de referência e o segundo, relacionado com saberes pedagógicos, didáticos e profissionais. Com foco especificamente no âmbito da matemática tomou-se como

referência para a análise os conceitos de "matemática a ensinar" e "matemática para ensinar" apresentados por Bertini, Morais e Valente (2017), ambos considerados saberes objetivados, porém o primeiro relacionado com o campo disciplinar e o outro com o ofício do professor. O procedimento de análise organiza-se em quatro momentos distintos: primeiro busca a partir do contexto histórico da época esclarecer circunstâncias do desencadeamento da produção do PCN; em seguida, tenta-se compreender como foi e por quem foi conduzido o processo de elaboração do documento; no terceiro momento, apresentam-se circunstâncias e referências da produção dos pareceres particulares e institucionais; por último, intenta-se fazer comentários e conclusões do problema da investigação.

### **A produção dos PCN para as primeiras etapas escolares**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para os primeiros anos escolares foram oficializados a partir de 1995 e, a partir de 1997, após publicação oficial, constituíram-se como referências curriculares em documentos oficiais aos educadores brasileiros. Representam um avanço em relação aos Guias Curriculares da década de 1970 e as Propostas Curriculares geradas por estados e municípios na década de 1980 no Brasil (Palma Filho, 1997). Por se tratar de um documento de auxílio na elaboração de propostas de ensino foi distribuído gratuitamente para todos os professores da rede pública de ensino do país. Sua elaboração ocorreu no início do primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, época de diferentes transformações na área educacional, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN Lei n. 9.394/1996), a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF - Lei n.º 9.424/96), substituído no ano de 2006 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Fixação das Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio da Resolução n. 3/1997.

O governo de ideologia neoliberal prioriza o fortalecimento de padrões e indicadores da educação para conseguir investimentos internacionais. Tal ideologia fortalecia-se pelo instrumento de controle social pautado na qualidade e produtividade (Moreira, 1997). A inspiração da elaboração dos Parâmetros

Curriculares Nacionais pelo governo brasileiro partiu de um documento elaborado pelo Banco Mundial após a “Conferência de Educação para Todos” que aconteceu em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990 chamado *Prioridades y estratégias para la educación* o qual reintegra a necessidade da eliminação do analfabetismo e aumento na eficácia de ensino uma necessidade para se conseguir recursos financeiros internacionais (Chaddad, 2015).

### **A versão dos PCN de agosto de 1996**

A versão de agosto de 1996 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a qual é considerada aqui como segunda versão preliminar dos PCN, foi submetida à aprovação na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 10 de setembro de 1996 e aprovada em 12 de março de 1997 (Parecer n. 03/97). Uma versão preliminar a ela havia sido encaminhada para consulta e avaliação de professores e acadêmicos de diferentes Instituições brasileiras no final de 1995 (Bonamino & Martinez, 2002).

A versão de agosto de 1996 dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática para os primeiros anos escolares possui 132 páginas e diferentes peculiaridades. Em suas primeiras páginas é possível identificar o nome da equipe central de elaboradores constituída pelas professoras Célia Maria Carolino Pires, Maria Amábile Mansutti, Maria Tereza Perez Soares como também, a descrição do professor Antonio José Lopes como o único assessor. Como consultores são apresentados os professores César Coll e Délia Lerner de Zunino. Nas páginas que antecedem a introdução identifica-se o nome de 71 profissionais que apresentaram pareceres individuais: 67 identificados pela Instituição de origem sendo: 42 da região Sudeste, 2 da região Norte, 9 da região Nordeste, 5 da região Centro-Oeste e 9 da região Sul. Dos Pareceres individuais emitidos da Região Sudeste brasileira, 14 são do estado do Rio de Janeiro, 23 do estado de São Paulo, 3 do Espírito Santo e 2 de Minas Gerais; da região norte foram emitidos pareceres individuais pelo estado de Rondônia e Amazonas; dos pareceres individuais emitidos pela região Nordeste 2 são do estado de Pernambuco, 1 da Paraíba, 2 do Rio Grande do Norte, 2 da Bahia, 2 do Piauí; da Região Centro-Oeste teve 1 parecer de Goiás e 4 Distrito Federal; da Região Sul 2 são do estado do Paraná, 2 de Santa Catarina, 5 do Rio Grande do Sul.

A versão contempla também a existência de 43 Pareceres Institucionais: 10 emitidos por Delegacias do MEC, 13 de Secretarias Estaduais de Educação, 8 de Secretarias Municipais de Educação, 8 de Universidades, 1 de uma Faculdade, 1 da Associação das Escolas Particulares de São Paulo, 1 da Sociedade Brasileira de Matemática, 1 da Associação Brasileira de Livros Educativos (ABRALE).

### **O Pareceres Institucionais e a versão preliminar dos PCN de Matemática**

A análise quantitativa permite afirmar que foram elaborados 103 pareceres relacionados com a área de matemática entre os meses de dezembro de 1995, quando a versão anterior foi distribuída, até agosto de 1996, quando a versão utilizada na pesquisa foi editada e que 30% dos pareceres emitidos não tratam-se de posicionamentos ou reivindicações pessoais de um profissional referem-se, ao resultado de processos de discussões e comparações entre grupos de profissionais sejam eles, representantes das delegacias do MEC, integrantes de secretarias municipais e estaduais de ensino ou afiliados em associações.

A partir de uma análise comparativa entre pareceres individuais e institucionais identificam-se a ausência da emissão de pareceres das Delegacias do MEC das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e das Secretarias Estaduais e Municipais de tais localidades também, a ausência de parecer emitido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática. O primeiro fato destaca-se pelas Delegacias do MEC, instaladas nos estados brasileiros e no Distrito Federal, tratavam-se de Órgãos Regionais com competências de Assessorias Técnicas e Serviços de Atividades Escolares resultante da Transformação das Inspetorias Regionais, Seccionais, Coordenação e Representações Estaduais e faziam parte da estrutura administrativa do Ministério da Educação (BRASIL, 1970). De acordo com o Decreto de n. 66967/1970, cada Delegacia era chefiada por um delegado que tinha entre suas funções o cumprimento de orientações emanadas pelo Ministério da Educação. Entre suas obrigações estava a realização de estudos e pesquisas com vistas a subsidiar o MEC na definição de programas e decisões referente a política educacional. Tinham como atribuições a coordenação, supervisão e acompanhamento de ações do Ministério da Educação nos estados e Municípios.

Destaca-se ainda que 60,65% dos pareceres individuais emitidos foram elaborados por representantes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na segunda versão preliminar não foi encontrada menção em relação a parecer emitido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Identifica-se apenas pareceres elaborados individualmente por associados da Instituição. A não identificação de um parecer emitido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática a respeito de tal versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os primeiros anos escolares causa estranheza visto, tal Instituição, desempenhar desde sua oficialização, um papel importante no desenvolvimento do ensino de matemática brasileiro, tendo como uma das finalidades, "Atuar, [...] junto aos órgãos governamentais na formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de educação e, em especial, as relacionadas à Educação Matemática" (SBEM, 2013, p. 2) e, lideranças daquela Associação terem participado da produção de tais documentos, como é o caso da professora Célia Maria Carolino Pires, integrante da equipe de redatores, Antonio José Lopes (Bigode) citado como assessor e os professores Luiz Roberto Dante, Nilza Elgenheer Bertoni, Ubiratan D' Ambrósio profissionais que emitiram pareceres individuais (Brasil, 1996). A própria SBEM apresentou como foco debates relacionado ao PCN no VI ENEM, no ano de 1998. Nota-se pontuações feitas no evento por Bigode a respeito da produção dos documentos (LOPES, 1998); colocações a respeito de aproximações e debates promovidos pela entidade apresentados pela professora Tânia Campos (1998), colocações apresentadas pelo professor Rômulo Campos Lins, na cerimônia de encerramento sobre decisões a cerca da existência e sobre o que deveriam ser tais documentos propostos pelo MEC e não pelas entidades consultadas (LINS, 1998). Alimentando que "A ausência de uma manifestação formal da entidade sobre os PCNs parece ser acompanhada de um tácito acordo com as linhas gerais dos documentos"(Búrigo, 2019, P.9).

No parecer Institucional emitido pela ABRALE, integrantes da diretoria como os professores Luiz Marcio Pereira Imenes, José Ruy Giovanni Júnior e José Ruy Giovanni já estavam consagrados como autores de livros didáticos de matemática e no documento não há referências sobre a elaboração de pareceres individuais dos mesmos. Destaca-se ainda que a integrante do Conselho Deliberativo de tal

Instituição na época, professora Célia Maria Carolino Pires, fazia parte da equipe de elaboradores dos PCN.

### Considerações

Conforme destaca Búrigo (2021), apesar da não obrigatoriedade, os PCN instituíram a crença na existência de um currículo nacional adequado. A investigação esclarece que os elaboradores dos PCN de Matemática para os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental foram as professoras Célia Maria Carolino Pires, Maria Amábile Mansutti, Maria Tereza Perez Soares, tal explicitação torna-se relevante já que o mesmo, por critérios ainda não identificáveis, não está evidenciado na versão final de tal documento publicada em 1997 pelo governo brasileiro.

Em relação ao processo de elaboração dos pareceres é possível concluir a existência de distanciamentos na interlocução entre profissionais que emitiram pareceres individuais e associações que os mesmos integram. Tais distanciamentos podem ser provenientes da falta de debates entre pares ou até mesmo pelas tensões de posicionamentos entre organizadores do documento e Instituições isso é perceptível em relação a Sociedade Brasileira de Educação Matemática, a mesma não emitiu parecer mas possui afiliados na equipe de redatores e pareceristas. O contraposto acontece com a ABRALE, identifica-se parecer da Instituição e não menciona-se a respeito de pareceres individuais elaborados pelos seus dirigentes.

### Referências

- Barros, J. A.(2017). *Teoria e Formação do Historiador*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bertini, L. F., Moraes, R. S.; Valente, W. R. (2017) *A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: novos estudos para a formação de professores*. São Paulo: Livraria da Física.
- Bonamino, A.; Martinez, S. A. (2002). *Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do estado*. *Educação & Sociedade*. Campinas, 23 (80), 368-385. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/26357174\\_Diretrizes\\_e\\_Parametros\\_Curriculares\\_Nacionais\\_para\\_o\\_ensino\\_fundamental\\_a\\_participacao\\_das\\_instancias\\_politicas\\_do\\_Estado](https://www.researchgate.net/publication/26357174_Diretrizes_e_Parametros_Curriculares_Nacionais_para_o_ensino_fundamental_a_participacao_das_instancias_politicas_do_Estado)
- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental (1996). *Parâmetros Curriculares Nacionais - Matemática - versão preliminar de agosto de 1996*. Brasília: MEC/SEF.



Brasil, Secretaria de Educação Fundamental (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*, V.1. Brasília: MEC/SEF.

Búrigo, E. Z. (2019). A Sociedade Brasileira de Educação Matemática e as Políticas Educacionais. *Bolema*, 33 (64), vii-xxvi. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/bolema/i/2019.v33n64/>

Búrigo, E. Z. (2021). Quando os números falam mais alto: imposições, consentimentos e contestações ao reducionismo curricular. *Revista e-Curriculum*, 19(4), 1513-1541. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i4p1513-1541>

Burke, P. (2016). *O que é História do Conhecimento*. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp.

Campos, T. M. M. (1998). Políticas públicas, Parâmetros Curriculares Nacionais e Educação Matemática. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Educação Matemática*, São Leopoldo, RS.

Chaddad, F. R. (2015). Análise Crítica da Elaboração, da Pedagogia e da Orientação dos PCNS. *Revista Mimesis*, 36(1), 5-24. Recuperado de [https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v36\\_n1\\_2015.htm](https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v36_n1_2015.htm)

Chizzotti, A. (1998). *Pesquisa em ciências humanas e Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

*Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970* (1970). Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>

Guillen, C. H.;Miguel, M. E. B.(2020). A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, (101)(259), 567-582. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3910/3867>

Hofstetter, R. & Schneuwly, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: R. Hofstetter & W. R. Valente (Orgs.). *Saberes em (trans) formação: tema central a formação de professores* (pp.113-172). São Paulo, SP: Editora da Física.

Kobashigawa, M. (2006). *Parâmetros curriculares nacionais de matemática para o ensino fundamental: das prescrições ao currículo praticado pelos professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/11092>

*Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

*Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. (1996). Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm)

Lessa, P. B. (2012). *Os PCN em materiais didáticos para a formação de professores*. (Tese em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2011>

Lins, R. C. (1998). A E(e)ducação M(m)atemática que praticamos. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Educação Matemática*, São Leopoldo, RS.

Lopes, A. J. (1998). Políticas públicas, PCNs e Educação Matemática. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Educação Matemática*, São Leopoldo, RS.

Moreira, A. F. B. (1997). A psicologia e o resto: o currículo segundo César Coll. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 100, 1-16. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/770>

Palma-Filho, J. C. (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais. *Nuances*, 3, 15-19. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/16>

*Parecer Conselho Nacional de Educação nº 3/97, de 12 de março de 1997 (1997)*. Os Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF. Recuperado de [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMmpGtnbruAhU\\_DrkGHXi6AmwQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.crmariocovas.sp.gov.br%2Fpdf%2Fdiretrizes\\_p02760281\\_c.pdf&usq=AOvVaw0JaxWQ-cJGEZOaJ3G0n13e](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMmpGtnbruAhU_DrkGHXi6AmwQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.crmariocovas.sp.gov.br%2Fpdf%2Fdiretrizes_p02760281_c.pdf&usq=AOvVaw0JaxWQ-cJGEZOaJ3G0n13e)

PIETROPAOLO, R. C. (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática: um estudo dos pareceres*. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

SILVA, M. A. A Presença da Estatística e da Probabilidade no Currículo Prescrito de Cursos de Licenciatura em Matemática: uma análise do possível descompasso entre as orientações curriculares para a Educação Básica e a formação inicial do professor de Matemática. *Bolema*. 2011. Disponível em: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/xmlui/handle/123456789/1550>

Sociedade Brasileira de Educação Matemática (2013). *Estatuto*. Brasília: SBEM, 2013. Recuperado de <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjAnY2mk935AhVJIZUCHdvZAGUQFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.sbem.com.br%2Ffiles%2Festatuto.pdf&usq=AOvVaw1XRW9oMVHunZpxsctwBy1W>

Valente, W. R. (2019). Saber objetivado e formação de professores: Reflexões pedagógico-epistemológicas. *História da Educação (online)*, 23, 1-22. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/77747>.